

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

CORRESPONDÊNCIA Nº 662/2025 Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 04 de Novembro de 2025.

OFÍCIO nº 37/2025

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro,

Venho, respeitosamente, à Vossa Senhoria, **com urgência**, solicitar a viabilização de uma palestra de formação e informação sobre **Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho** para todos os servidores desta Casa Legislativa.

Esta solicitação dá sequência ao pleito formalizado pelo servidor **Miguel Quessada (Ofício 07/2025, Protocolo 52805/2025, datado de 25/09/2025)**, que relatou situações vivenciadas no ambiente de trabalho que podem caracterizar assédio moral, incluindo constrangimentos públicos, gritos, limitação de acesso a instrumentos de trabalho e difamação, dentre outros.

Conforme proposta em anexo, a palestra será ministrada gratuitamente pelo **Dr. Eduardo Giglio de Carvalho**, advogado com mais de 16 anos de experiência, pós-graduado em Direito do Trabalho e MBA Executivo pela FGV, atualmente Gerente Jurídico de grandes empresas. O conteúdo aborda de forma clara e prática:

- Definições legais e requisitos do assédio moral e sexual;
- Tipos de assédio (vertical, horizontal, institucional, etc.);
- Impactos para o indivíduo, a organização e a sociedade;
- Medidas de prevenção, enfrentamento e responsabilização;
- Exemplos concretos e jurisprudência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



A iniciativa atende não apenas a uma demanda interna legítima, mas também se alinha a boas práticas de gestão de pessoas e promoção de ambientes de trabalho saudáveis, prevenindo passivos judiciais e valorizando o servidor público.

Recomenda-se que o evento seja realizado preferencialmente em horário comercial, para garantir a participação ampla de todo o quadro funcional.

Confiantes na sensibilidade de Vossa Senhoria para com esta pauta essencial de saúde mental e respeito no serviço público, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

PROF. DR. ANTONIO GANDINI JÚNIOR **VEREADOR – PARTIDO DOS TRABALHADORES**

EDUARDO GIGLIO DE CARVALHO



ADVOGADO

OAB/SP N°289.708

Bebedouro/SP, 30 de outubro de 2025.

A/C Ilmo. Vereador Professor Dr. Gandini,

Ref.: Carta de Apresentação da Palestra "Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho"

Prezado Vereador,

Atendendo à vossa honrosa solicitação, lhe apresento o conteúdo da palestra que já ministrei em algumas oportunidades com o tema "Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho", ministrada por mim, Eduardo Giglio de Carvalho, advogado com mais de 16 (dezesseis) anos de atuação, pós-graduado em Direito Bancário, Direito Societário, Direito do Trabalho e MBA Executivo em Administração pela FGV. Atualmente, ocupo o cargo de Gerente Jurídico da indústria de cigarros Palheiros Paulistinha, estendendo atuação à outras empresas do tais grupo, Empreendimentos Imobiliários, Droom Incorporadora, La Flamma Motel, Vila Castelline, dentre outras.

A palestra combina fundamentação jurídica, evidenciações práticas e recomendações operacionais para prevenção, identificação e enfrentamento do assédio moral e sexual no local de trabalho.

Abaixo, apresento resumo dos principais pontos abordados:

1) Definições e requisitos

 Assédio moral definido como conduta abusiva repetida que atenta contra a dignidade ou integridade psíquica/física do trabalhador; requisitos: prática reiterada, conteúdo vexatório e desestabilização emocional.

2) Tipos de assédio moral

 Vertical (superior contra subordinado), horizontal (entre pares), ascendente (subordinado contra superior), coletivo (vários autores) e institucional (quando a organização consente ou incentiva práticas humilhantes).

3) O que não configura assédio

 Ações pontuais, exigência de produtividade dentro da razoabilidade, críticas construtivas, transferências contratuais ou

Rua Vanor Junqueira Franco, nº 309, centro, Bebedouro/SP.

EDUARDO GIGLIO DE CARVALHO



ADVOGADO

OAB/SP N°289.708

uso legítimo de mecanismos de controle quando realizados dentro de padrões legais e proporcionais.

4) Exemplos concretos e jurisprudência

Casos reais ilustrativos (empresas condenadas por práticas como imposição de "prendas", isolamento, ofensas relacionadas a deficiência, gravidez, religião), demonstrando consequências jurídicas e indenizatórias.

5) Assédio sexual

Comportamentos de cunho sexual não consensuais que geram constrangimento; previsão penal no Código Penal (Art. 216-A) quando há constrangimento para vantagem sexual com abuso da hierarquia.

6) Grupos mais vulneráveis

Mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, idosos, pessoas LGBTIQ+ e outras minorias, com estatísticas e relatos mostram maior incidência e formas específicas discriminação e violências.

7) Impactos

- Para o indivíduo: danos psicológicos (ansiedade, depressão, insônia, até pensamentos suicidas).
- Para a organização: clima tenso, queda de produtividade, aumento de absenteísmo, rotatividade e custos legais.
- Para a sociedade: maiores despesas públicas, desestruturação familiar e impactos de saúde pública.

8) Prevenção e resposta prática

- Orientações ao trabalhador: conversar inicialmente, denunciar, registrar provas (e-mails, áudios, prints), buscar testemunhas e apoio profissional.
- Orientações à organização: apurar com celeridade confidencialidade, proteger denunciante e investigado, aplicar medidas disciplinares independentemente do cargo, revisar contextos de trabalho e promover cultura de respeito.
- Papel da CIPA e da NR-05: incluir prevenção e combate ao assédio nas práticas internas.

9) Como colegas e líderes devem agir

Oferecer apoio, testemunhar quando necessário, interromper comportamentos abusivos, usar canais formais de denúncia e mobilizar medidas coletivas de contenção.

O tema é de extrema relevância para organizações como um todo e para a sociedade pelos seguintes motivos:

_Dágina 2

EDUARDO GIGLIO DE CARVALHO



ADVOGADO

OAB/SP N°289.708

- 1) Risco jurídico e reputacional: decisões e condenações trabalhistas e civis provam que omissão ou tolerância geram responsabilidade e custos significativos para empregadores.
- 2) Impacto na saúde e desempenho: ambientes assediadores deterioram a saúde mental dos colaboradores e reduzem eficiência e qualidade do trabalho.
- **3) Inclusão e diversidade**: o tema é central para políticas ESG e estratégias de talento, já que afeta de forma desproporcional grupos historicamente discriminados.
- 4) Prevenção como investimento: adoção de políticas claras, treinamento de lideranças, canais de denúncia confiáveis e atuação preventiva reduzem riscos e melhoram clima organizacional.

Assim, me despeço concluindo que a palestra oferece conhecimento jurídico-prático, casos reais e ferramentas de prevenção e resposta que permitem às organizações transformar saber em prática: diagnosticar situações, proteger vítimas, responsabilizar agressores e construir ambientes de trabalho mais seguros e produtivos.

Aproveito e registro aqui minhas congratulações pela vereança ativa e participativa do meu nobre amigo Professor Dr. Gandini.

Eduardo Giglio de Carvalho

Add.

OAB/SP 289.708



ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Palestrante: Eduardo Giglio de Carvalho



Quem sou eu?



Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Franca (FDF). É pós-graduado em Direito Bancário e Societário pela Unifafibe, pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus (FDDJ), concluiu curso de Gestão de Departamentos Jurídicos pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), bem como concluiu MBA Executivo em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Advogado militante há mais de 16 (dezesseis) anos, iniciou sua trajetória no contencioso cível, tendo atuado junto ao Escritório Reis Advogados Associados, onde adquiriu vasta experiência no Direito Bancário e de Cooperativas de Crédito, com enfoque em causas de recuperação de crédito, tais como ações de execução, de busca e apreensão e recuperações judiciais, bem como em ações indenizatórias e revisionais.

Posteriormente, passou a integrar a equipe do Jurídico interno da Cooperativa de Crédito Credicitrus, ocasião em que teve a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos multidisciplinares, em especial no que diz respeito ao Direito Societário, Direito Contratual, Direito Trabalhista e Direito Cooperativo.

Atualmente, ocupa o cargo de Gerente Jurídico da indústria de cigarros Palheiros Paulistinha, estendendo sua atuação à outras empresas do grupo, tais como Pierís Empreendimentos Imobiliários, Droom Incorporadora, La Flamma Motel, Vila Castelline, dentre outras.

Eduardo tem por diferencial o seu perfil pacificador, empático e sua capacidade de negociação de conflitos. Prima pela construção de relacionamentos sólidos e produtivos, baseados sempre na confiança recíproca e honestidade.

Quement de la constant de la constan





Personalidade, gostos, sonhos, frustações, ideais

Profissional

Amigos

Filho(a), Pai/Mãe, irmão

Relacionamentos amorosos

Religião ou convicções



Assédio Mala

 Assédio moral no trabalho é "qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho." (HIRIGOYEN, Marie-France. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. Tradução Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 17.)



S QUISITO **Ш**



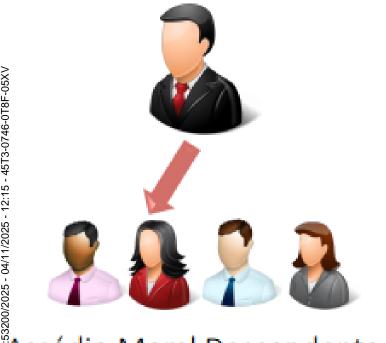
• 1- prática reiterada, isto é, violência sistemática e que dura um certo tempo;

• 2- atitudes abusivas com conteúdo vexatório e constrangedor; e

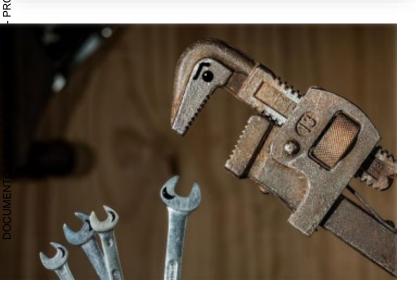
• 3- consequência de desestabilizar emocionalmente a vítima e/ou degradar psicologicamente o meio ambiente do trabalho.











• Trata-se do tipo de assédio moral mais comum nas empresas. Esse tipo de assédio toma forma quando o assédio é praticado por um trabalhador hierarquicamente superior ao empregado assediado.

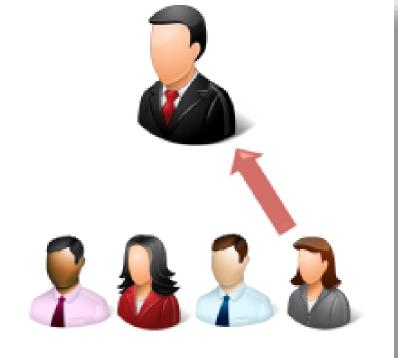
• Pode-se visualizar esse tipo de assédio, por exemplo, quando um gerente cobra metas de seus subordinados e, para isso, os coloça em situações vexatórias, fazendo com que façam "dancinhas", paguem "micos", apelidando-os com cognomes pejorativos, etc.







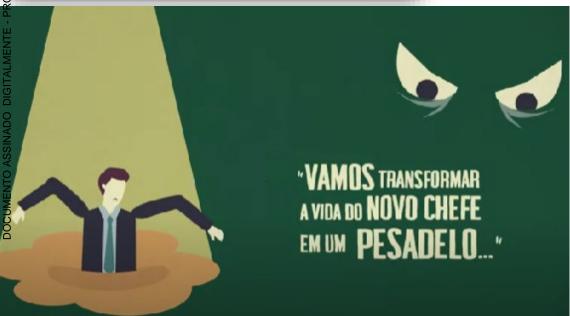
- O assédio moral horizontal ocorre entre funcionários que ocupam a mesma posição hierárquica dentro da empresa.
- Pode-se visualizar essa situação quando um funcionário bate suas metas e debocha do outro que não as conseguiu cumpri-las. Também é muito comum no dia a dia das empresas que cultivam a competitividade entre seus funcionários.







 Assédio praticado por subordinado ou grupo de subordinados contra o superior hierárquico. Consiste em causar constrangimento ao superior hierárquico motivado por interesses diversos. Ações ou omissões para prejudicar o gestor.







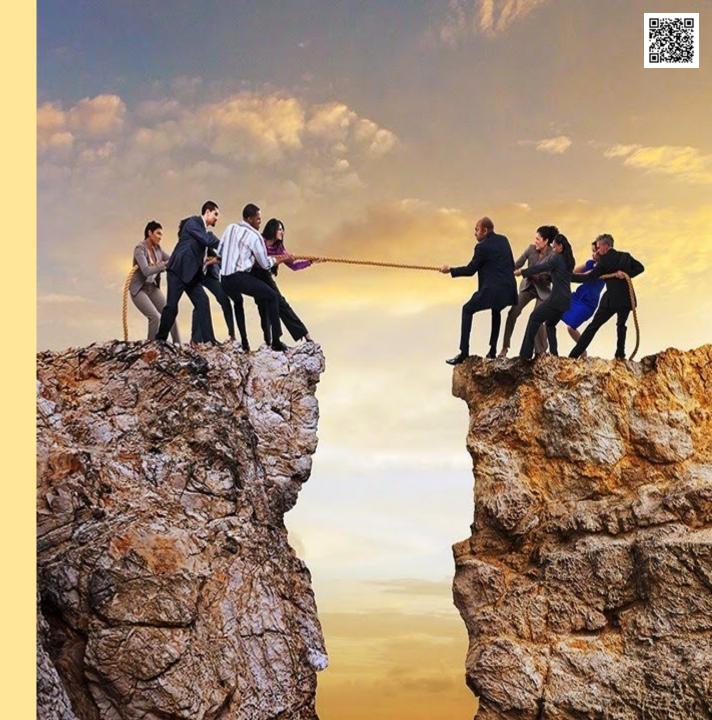


 Consiste na acumulação do assédio moral vertical e do horizontal. A pessoa é assediada por superiores hierárquicos e também por outros colegas de trabalho, com os quais não mantêm relação de subordinação. O abuso começa com um autor sendo seguido por outros com o mesmo padrão nocivo de comportamento.





Sobrevém quando a organização incentiva ou consente atos de assédio. Neste caso, a própria empresa é também autora da investida, já que, por meio de seus colaboradores/administradores, utiliza-se de estratégias organizacionais desumanas para aumentar a produtividade, disseminando uma cultura institucional de humilhação.



NÃO É ASSÉDIO MORAL





Assédio moral é um abuso e não pode ser confundido com decisões legítimas, que dizem respeito à organização do trabalho e exigências profissionais com:

- ✓ Comportamento isolado ou eventual;
- ✓ Exigir que o trabalho seja cumprido com eficiência e estimular o cumprimento de metas;
- ✓ Reclamações por tarefa não cumprida ou realizada com displicência;
- ✓ Aumento normal do volume de trabalho;
- ✓ Uso de ferramentas e mecanismos tecnológicos de controle;
- ✓ Transferências e mudanças de função, no caso de estarem de acordo com o contrato de trabalho;
- ✓ Críticas construtivas e avaliações sobre o trabalho executado, contanto que sejam explicitadas, e não utilizadas com um propósito de represália;

NÃO É ASSÉDIO MORAL





- ✓ Punir com advertências e suspensões empregados(as) que não respeitam as regras de saúde e segurança da empresa ou que pratiquem falta grave prevista na CLT;
- ✓ Utilizar sistemas defensivos e de controle em geral (ex: câmeras em áreas comuns com o conhecimento dos funcionários e com objetivo de segurança), observados sempre os direitos fundamentais dos trabalhadores;
- ✓ Deliberar sobre a organização empresa, desde que não haja discriminação, como por exemplo, investir em tecnologia em determinadas áreas de produção e não investir em outras;
- ✓ Averiguar a produtividade e desempenho dos empregados(as) dentro de padrões de razoabilidade;
- ✓ Realizar críticas produtivas ao trabalho do empregado ou colega, no intuito de melhorar a atividade laboral;
- ✓ Estabelecer metas para os empregados, desde que sejam razoáveis, compatíveis com a atividade e estabelecidas para todos empregados (as) de um setor;
- ✓ Conflitos de trabalho: divergência de opiniões e sentimentos é uma condição normal nos grupos de trabalho e pode ser resolvida com estratégias de manejo;
- ✓ Desentendimento pontual: reatividade, impulsividade

- Retirar a autonomia do colaborador ou contestar, a todo o momento, suas decisões;
- Sobrecarregar o colaborador com novas tarefas ou retirar o trabalho que habitualmente competia a ele executar, provocando a sensação de inutilidade e de incompetência;
- Ignorar a presença do assediado, dirigindo-se apenas aos demais colaboradores;
- Passar tarefas humilhantes;
- Gritar ou falar de forma desrespeitosa;
- Espalhar rumores ou divulgar boatos ofensivos a respeito do colaborador;
- Deterioração proposital das condições de trabalho;

- Não levar em conta seus problemas de saúde;
- Criticar a vida particular da vítima;
- Atribuir apelidos pejorativos;
- Fazer brincadeiras pejorativas;
- Impor punições vexatórias (dancinhas, prendas);
- Postar mensagens depreciativas em grupos ou nas redes sociais;
- Evitar a comunicação direta, dirigindo-se à vítima apenas por e-mail, bilhetes ou terceiros e outras formas de comunicação indireta;
- Isolar fisicamente o colaborador para que não haja comunicação com os demais colegas;
- Desconsiderar ou ironizar, injustificadamente, as opiniões da vítima;
- Retirar cargos e funções sem motivo justo;
- Impor condições e regras de trabalho personalizadas ao empregado, diferentes das que são cobradas dos demais, mais trabalhosas ou mesmo inúteis;

- Delegar tarefas impossíveis de serem cumpridas ou determinar prazos incompatíveis para finalização de um trabalho;
- Criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada;
- Manipular informações, deixando de repassá-las com a devida antecedência necessária para que o colaborador realize suas atividades;
- Vigiar excessivamente apenas o assediado;
- Limitar o número de vezes que o colaborador vai ao banheiro e monitorar o tempo que lá ele permanece;
- Advertir arbitrariamente;
- Instigar o controle de um colaborador por outro, criando um controle fora do contexto da estrutura hierárquica, para gerar desconfiança e evitar a solidariedade entre colegas.

- Privar acesso aos instrumentos de trabalho;
- Pressionar o funcionário para que não faça valer seus direitos (férias, horários, prêmios);
- Agir de modo a impedir que obtenha promoção;
- Suprimir o trabalho que normalmente lhe compete;
- Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas inferiores às suas competências;
- Atribuir à vítima, contra a vontade dela, trabalhos perigosos;
- Induzir propositalmente a vítima ao erro;
- Ameaçar com demissão constantemente;
- Fazer ameaças de qualquer natureza (não confundir com feedback negativo).



AVISO!

Situações isoladas podem causar dano mas não necessariamente moral, configuram assédio moral.

Para que o assédio seja caracterizado, as agressões devem ocorrer repetidamente, por tempo prolongado, e com a intenção de prejudicar emocionalmente a vítima.



MULHERES, NEGROS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LGBTIQ+ E OUTROS GRUPOS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS, ESTÃO ENTRE AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL

- É comum que se observe prática de assédio moral contra mulheres que exercem atividades tradicionalmente desempenhadas por homens, devido à discriminação de gênero ainda existente em nossa sociedade.
- Outra situação possível de favorecer o assédio moral contra a mulher reside nas situações de gravidez, em que a empresa dispensa uma empregada grávida, sem se preocupar com a sua estabilidade provisória.
- Uma mulher negra que use tranças pode ser hostilizada e submetida a constrangimentos, até mesmo exigência expressa de que alise o cabelo.
- Os trabalhadores com deficiência, diante da sua própria condição, ficam mais vulneráveis. Isso se verifica, com nitidez, quando um acidentado é reabilitado, e por algum motivo, passa a apresentar uma menor produção do que os demais. E como a empresa não pode dispensá-lo, diante da sua estabilidade, favorece a existência de um ambiente hostil com o intuito de que ele próprio se desligue do trabalho.



MULHERES, NEGROS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LGBTIQ+ E OUTROS GRUPOS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS, ESTÃO ENTRE AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL

- Em relação aos idosos, pode ocorrer a substituição da mão de obra mais antiga pela mais nova, sob o argumento de que eles não resistem às inovações, inclusive tecnológica, quando o que se deveria priorizar é a sua experiência na atividade e o seu aproveitamento para o aperfeiçoamento dos mais novos;
- Quando pessoas transexuais ou travestis são proibidas de usar o crachá da empresa conforme o nome social ou mesmo são proibidas de utilização do banheiro conforme a sua identidade de gênero.
- Discriminações recorrentes por conta de identidade de gênero e orientação sexual.
- Discriminações por conta de religião.



Mulheres no ambiente de trabalho

- Muitos homens ainda enxergam as mulheres como frágeis e incapazes.
 Como se não tivessem inteligência suficiente para lidar com questões mais complexas, exigidas por cargos mais altos, ou se não merecessem o mesmo tipo de tratamento na empresa, ou também de liderança.
- Isso pode trazer algumas situações que gerem grandes constrangimentos, agressão verbal e não verbal, assédios, torturas psicológicas, etc.



Rendimento habitual de todos os trabalhos (R\$)

	Total	Homem	Mulher	Razão (%)
Grupos de Idade e Grandes Grupos Ocupacionais	2.658,68	2.920,29	2.303,08	78,86
Grupos Ocupacionais no Trabalho Principal (1)	7.107,69	7.948,19	5.870,27	73,85
Diretores e gerentes	5.707,87	7.268,08	4.600,19	63,29
Profissionais das ciências e intelectuais	3.400,58	3.836,72	2.852,48	74,34
Técnicos e profissionais de nível médio	2.114,55	2.364,02	1.955,50	82,71
Trabalhadores de apoio administrativo	1.907,52	2.373,81	1.552,10	65,38
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.918,03	2.007,71	1.416,70	70,56
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1.999,06	2.119,69	1.371,38	64,69
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	2.158,69	2.238,45	1.635,96	73,08
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1.237,18	1.312,85	1.156,26	88,07
Ocupações elementares	6.029,52	5.975,88	6.515,76	109,03
	2022 /			

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas: Valores inflacionados para reais médios de 2022.

% de mulheres em cargos de gerência no Brasil em 2022

FEMININO

Por grupo de atividades da CNAE, entre parênteses

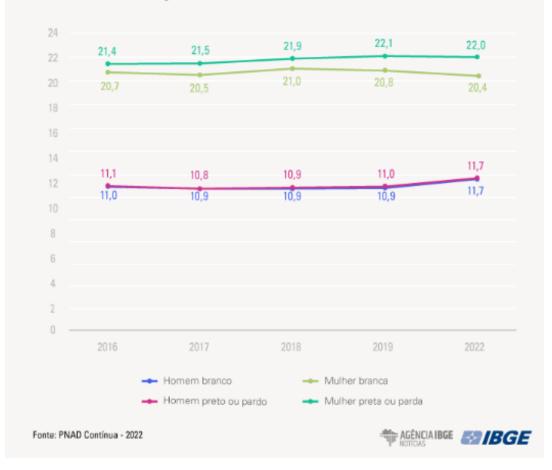
MASCULINO

Saúde e serviços sociais (Q)	70,0%	30,0%	
Educação (P)	69,4%	30,6%	
Atividades profissionais (M)	53,9%	46,1%	
Atividades financeiras (K)	48,3%	51,7%	
Atividades imobiliárias (L)	45,3%		54,7%
Total	39,3%		60,7%
Serviços (I, R, S)	37,4%		62,6%
Atividades administrativas (N)	35,5%		64,5%
Administração pública (O)	35,2%		64,8%
Comércio e oficinas (G)	34,9%		65,1%
Indústrias (B, C, D)	31,0%		69,0%
Informação e comunicação (J)	29,7%		70,3%
Construção (F)	26,4%		73,6%
Transporte e armazenamento (H)	21,0%		79,0%
Água, esgoto e resíduos (E)	19,5%		80,5%
Agropecuária (A)	15,8%		84,2%



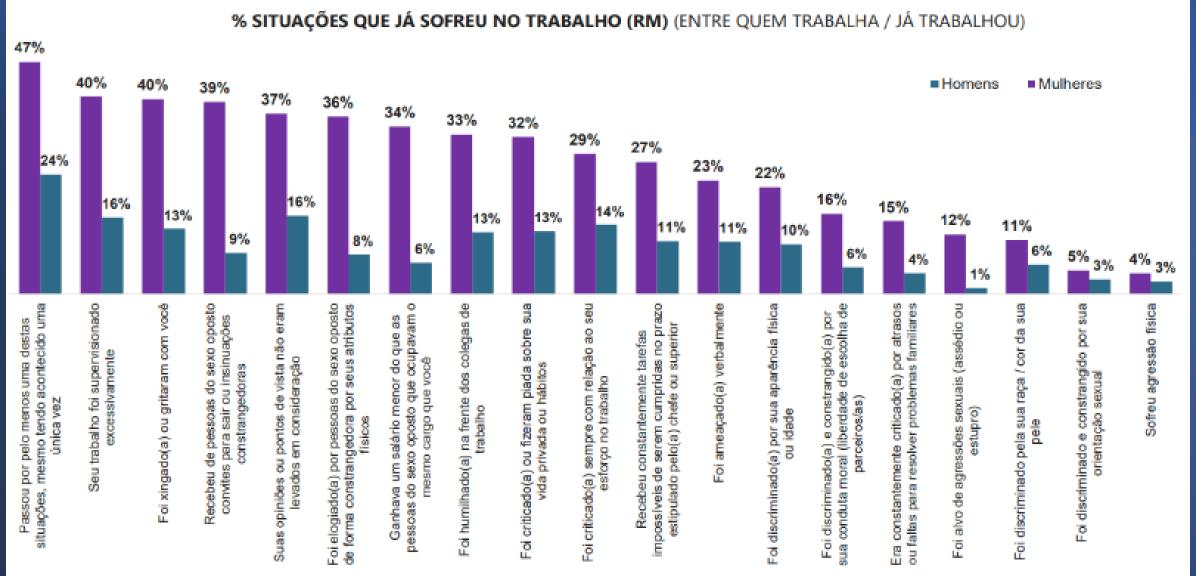
Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos - 2016/2022

Por sexo, cor ou raça



Pesquisa: <u>Percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho</u> (Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva, 2020).





- Um estudo inédito real setores da economia, r discriminação no ambi casos de discriminação bissexuais: 86% e 72%,
- O levantamento, realiza 20 mil trabalhadores d 2022. O conteúdo está
- O estudo aponta que 4 identidade de gênero p cai para 40%. Enquanto índice é de 18% entre a
- O levantamento da Sar abaixo de quatro salári desse grupo. Em relaçã declararam LGBTI+ fica que os não LGBTI+ peri de 4,13 anos.

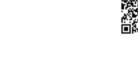
Fonte: https://www.forumempsofreram-discrimina%C3%A7%



Em 2019, o Supremo Tribunal Federal criminalizou a homofobia e a transfobia no Brasil, enquadrando atos preconceituosos contra pessoas homossexuais e transexuais como crime de racismo, com pena de até 5 anos de prisão

Essa decisão histórica sublinhou a gravidade da intolerância contra a população LGBTQIAPN+

— 2019



assédio todas as faixas etárias, s pessoas trans e



Etarismo é forma de violência mantina de violência de



ESTATUTO DO IDOSO

- Segun decorr
- O enve segund nos últi em 202 Ainda se
- Se o con na agend mesmo r
- Um estud Ernst & Yo das corpo discrimina

https://economia.uol.co trabalho.htm Art.96

Discriminar pessoas idosas devido à idade é crime.

Pena de 6 meses a 1 ano de reclusão e multa. o mundo

no

o. No Brasil, eu 57,4% ões (10,9%) 65 anos.

> ristalizado eiras, o

nsultoria que 78% a

nuge-envelhecimento-sera-tema-central-do-mercado-de-

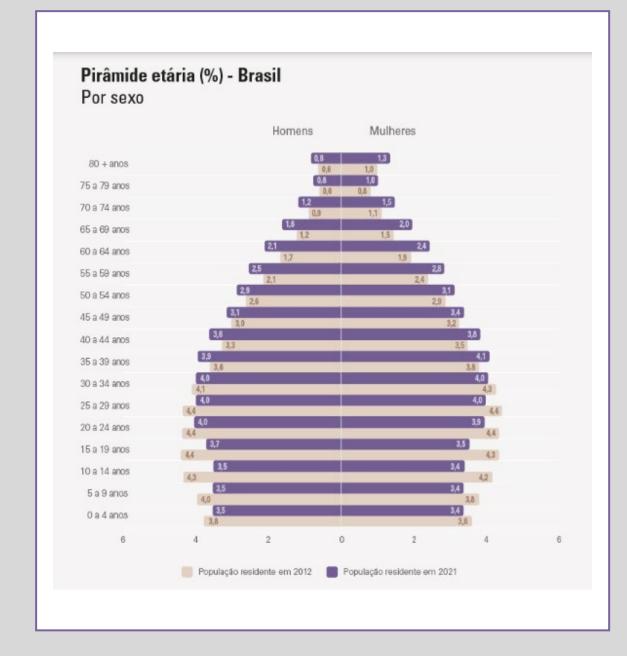


Fonte: Relatório Global sobre Etarismo 2021/ ONU

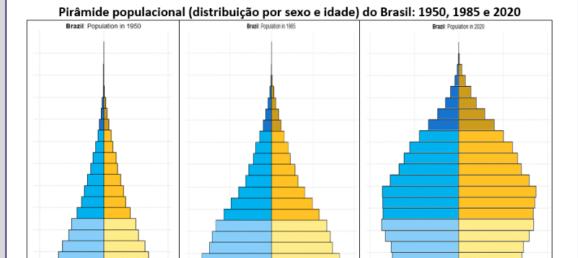










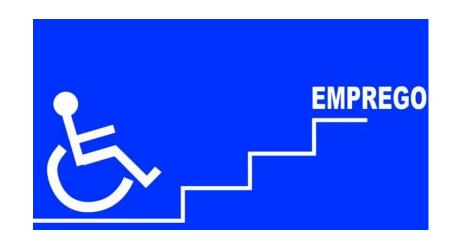


https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Pyramid/76

- As pessoas com deficiência no Brasil enfrentam uma série de desafios no acesso à educação e mercado de trabalho. Elas têm uma taxa maior de analfabetismo em comparação com as pessoas sem deficiência, baixo acesso ao ensino médio e superior, e menor presença no mercado formal.
 O Brasil tem cerca de 18,6 milhões de pessoas com
- O Brasil tem cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência com 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população desta faixa etária.
- 7 em cada 10 brasileiros com deficiência acreditam que empresas têm preconceito em contratá-las
- Estudo revela que 32% dos entrevistados já sofreram preconceito por apresentar alguma deficiência.
- 7 a cada 10 PCDs estão fora do mercado de trabalho e, quando conseguem uma ocupação, têm menos direitos: mais da metade atua na informalidade (55%), enquanto para as pessoas ocupadas sem deficiência esse percentual foi de 38,7%.
- A taxa de participação da força de trabalho é de 29,2% na população com deficiência, enquanto na população sem deficiência chega a 62,7%.
- Em 2019, Enquanto as pessoas com deficiência recebiam o salário médio de R\$ 1.639 mensais, o rendimento médio das pessoas sem deficiência era de R\$ 2.619

Fonte: Dados IBGE (2019)







• Lei de Cotas

 Uma das iniciativas para promover a inclusão das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho é a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei 8.213/91), que determina a reserva de vagas em empresas com mais de 100 funcionários. De acordo com o texto, a quantidade de vagas que devem ser destinadas a trabalhadores com deficiência é proporcional ao número total de colaboradores.

Como funciona a Lei de Cotas para deficientes?

A Lei de Cotas garante de **2% a 5%** das vagas do quadro de empregados para pessoas portadoras de deficiência na seguinte proporção:

- De 100 a 200 empregados 2%
- De 201 a 500 empregados 3%
- De 501 a 1.000 empregados 4%
- De 1.001 em diante 5%









E CRIME

negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência.

Lei n. 13.146/2015, art. 98

Por um mundo com mais inclusão e menos preconceito!



Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)

Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 98. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações: (...) "Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (...) III - negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência;







"MALUCO E RETARDADO' Havan é condenada por assédio moral a empregado com deficiência mental

- A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Havan a pagar indenização de R\$ 100 mil a um empregado com deficiência mental por assédio moral. As ofensas, baseadas na sua condição de saúde, eram praticadas por seguranças de uma loja da rede em Florianópolis (SC).
- O empregado trabalhou na Havan de 2002 a 2014. Contratado na cota de pessoas com deficiência como carregador de carrinhos, ele disse que também limpava banheiros, descarregava produtos e capinava o jardim nos arredores da loja.
- Conforme seu relato, dois seguranças chamavam-no de "maluco e retardado", focavam nele nas filmagens com as câmeras de monitoramento para fazer zombarias e utilizavam aparelhos de comunicação (walkie talkie) em volume alto, para que o chefe, os demais seguranças e o próprio carregador escutassem as agressões. Consequentemente, ele era visto nos cantos da loja chorando de cabeça baixa.
- Segundo a testemunha, o chefe da segurança consentia com as agressões e obrigava o empregado a buscar carrinhos no estacionamento durante fortes chuvas, sem que houvesse necessidade.

Fonte: deficiencia/

https://www.conjur.com.br/2021-abr-14/havan-condenada-assedio-moral-empregado-



Negros no mercado de trabalho

- Os trabalhadores pretos e pardos do Brasil têm um rendimento mensal, em média, 40% menor do que os trabalhadores não negros. A diferença está registrada em um boletim especial elaborado pelo **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)** para o **Dia Consciência Negra**.
- Segundo a entidade, os negros recebem, em média, R\$ 899 mil a menos que os não negros ao longo de toda sua vida de trabalho. Considerando somente os trabalhadores com ensino superior, essa diferença chega a R\$ 1,1 milhão.
- Isso porque negros ocupam cargos de chefia numa proporção menor do que os não negros. Um a cada 48 trabalhadores negro é
 líder. Entre os demais, um a cada 18.
- Também porque os negros são minoria nas profissões mais bem pagas e maioria nas piores remuneradas. Nas 10 ocupações mais bem pagas, os negros representam 27%. Ao mesmo tempo, são 70% dos trabalhadores com piores rendimentos.
- "Uma em cada seis mulheres negras trabalha como empregada doméstica", exemplifica o Dieese. "O rendimento médio das domésticas sem carteira é R\$ 461 menos que o salário mínimo [hoje, R\$ 1.412]."
- "Os negros enfrentam maiores <u>taxas de desemprego</u>, há maior concentração de negros em profissões com baixos rendimentos, além de alta informalidade", complementa o órgão. "A discriminação que esses trabalhadores sofrem dificulta a ascensão na carreira e faz com que as desigualdades de rendimento cresçam ao longo da vida."



Gráfico 5 - Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os maiores rendimentos – Brasil, 2º trimestre de 2024

Médicos especialistas	86,4%	13,6%
Profissionais em direito não classificados anteriormente	64,4%	35,6%
Médicos gerais	79,0%	21,0%
Professores de universidades e do ensino superior	73,0%	27,0%
Dirigentes de vendas e comercialização	72,3%	27,7%
Gerentes de sucursais de bancos, de serviços financeiros e de seguros	76,3%	23,7%
Analistas de gestão e administração	71,6%	28,4%
Dirigentes de administração e de serviços não classificados anteriormente	68,6%	31,4%
Dirigentes de indústria de transformação	73,1%	26,9%
Analistas de sistemas	68,1%	31,9%

■Não negros ■Negros

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Gráfico 6 - Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com os menores rendimentos – Brasil, 2º trimestre de 2024

Trabalhadores elementares da construção de edificios	24,1% 75,9%
Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros	42,0% 58,0%
Cuidadores de crianças	34,2% 65,8%
Outras ocupações elementares não classificadas anteriormente	36,0% 64,0%
Trabalhadores elementares da agricultura	26,3% 73,7%
Costureiros, bordadeiros e afins	50,9% 49,1%
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	31,7% 68,3%
Trabalhadores elementares da pecuária	28,4% 71,6%
Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes	36,8% 63,2%
Pescadores	23,3% 76,7%

■ Não negros ■ Negros

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE





Gráfico 13 - Rendimento médio do trabalho segundo cor/raça Brasil, 2º trimestre de 2024 (em R\$)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE



INJURIA RACIAL E RACISMO

O QUE É INJÚRIA RACIAL

A injúria racial está prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, que estabelece a pena de reclusão de um a três anos e multa, além da sanção correspondente à violência cometida.

Exemplo:

Injuriar seria ofender a dignidade utilizando elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Em geral, o crime de injúria está associado ao uso de palavras depreciativas referentes à raça ou à cor com a intenção de ofender a honra da vítima.

O QUE É RACISMO

O racismo, que prevê reclusão de três a cinco anos, implica conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade e, geralmente, refere-se a crimes mais amplos. Nesses casos, cabe ao Ministério Público, a legitimidade para processar o ofensor.

Exemplo:

A lei enquadra uma série de situações como crime de racismo, por exemplo, recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial;

impedir o uso das entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais, além de elevadores e escadas; negar ou obstar emprego em empresa privada, entre outros.

Empresa de SP pagar R\$ 40 mi chefe contra fi 'Preto aguenta

Um dos chefes de setor da fabricante poderia dar uma chicotada em suas co no chão.

Por Carlos Henrique Dias, g1 SP — São F 06/02/2023 16h02 · Atualizado há um ano

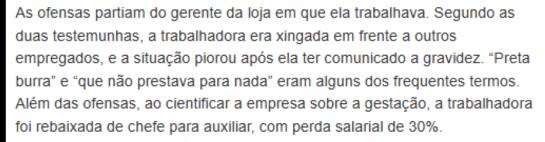


Uma fabricante de embalagens: Paulo a pagar R\$ 40 mil a um fu danos morais sob alegação de te praticada pelo superior hierárqu foi dada em janeiro.

A 36ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR) e que tinha fili constrangiam e humilhavam Chamada de "preta burra" e rebaixada de cargo em razão de gravidez, operadora de caixa deve ser indenizada

Visualizações: 78330

Uma operadora de caixa que sofria assédio por ser negra e estar grávida deve ser indenizada em R\$ 24,7 mil, por danos morais. Ela também ganhou direito à rescisão indireta do contrato de trabalho, além de indenização pelo período de estabilidade gestacional. Somando-se tudo, o valor provisório da condenação é R\$ 60 mil. A decisão é da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), que manteve a sentença do juiz Valtair Noschang, da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo.



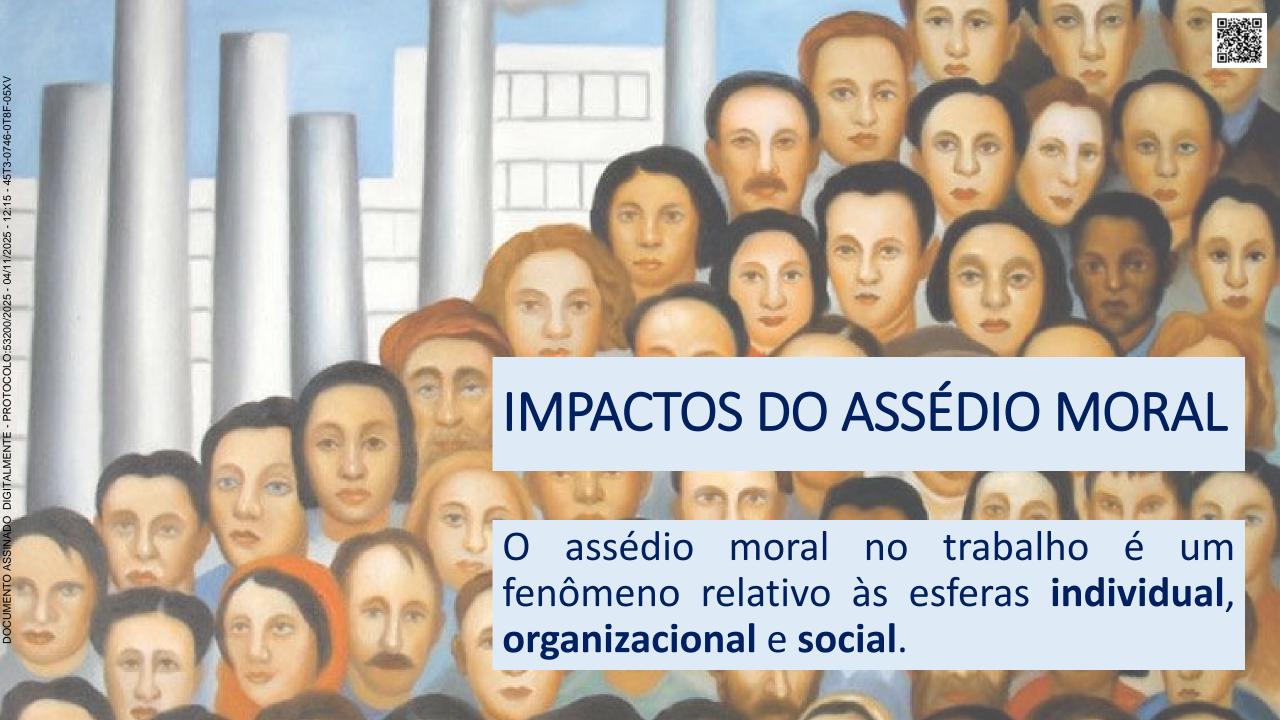


Uma das depoentes, que também engravidou no curso do contrato, informou que também foi rebaixada de posto. Ela afirmou que o gerente dizia que "essa gente não faz nada direito". O chefe ainda espalhou que a autora foi rebaixada de cargo por ter praticado furto de valores do caixa. O fato nunca foi provado.

Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA), também proibiu a empresa de permitir que se ofenda a honra, a moral ou a dignidade de seus empregados.









IMPACTOS PARA O INDIVÍDUO

- Apreensão constante
- Sentimentos de culpa, vergonha
- Revolta, irritação, ansiedade
- Sentimentos de injustiça
- Segredo sobre o problema
- Dificuldade de concentração
- Redução do gosto pelo trabalho
- Distúrbios do sono, pesadelos
- Alterações alimentares
- Palpitações, hipertensão

- Crises de choro; abandono de relações pessoais; problemas familiares; isolamento; depressão; síndrome do pânico; estresse; esgotamento físico e emocional
- Depressão
- Destruição da identidade
- Desconfiança generalizada
- Desordem familiar
- Pensamento suicida
- Suicídio.



IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO

- Clima de tensão e desconfiança
- Erros e acidentes de trabalho
- Aumento do absenteísmo
- Aumento das licenças para tratamento de saúde
- Redução da produtividade
- Redução da qualidade dos serviços
- Aumento da rotatividade e dos custos de reposição
- Aumento dos processos disciplinares
- Prejuízos à imagem institucional



IMPACTOS PARA A SOCIEDADE

- Aumento das despesas públicas com causas que poderiam ser evitadas ou solucionadas na esfera organizacional;
- Aposentadorias precoces
- Licenças e hospitalizações
- Custos com processos administrativos e judiciais
- Desestruturação de famílias

EXEMPLOS REAIS



Gordofobia e assédio moral:

- Foi o que aconteceu com uma funcionária da rede supermercados Extra. Em 201 5, a empresa foi obrigada a pagar indenização de R\$ 10 mil a uma trabalhadora que sofria discriminação por excesso de peso. Ela teve seu nome escrito em um hipopótamo de brinquedo que ficou exposto na recepção por onde passavam os trabalhadores. A juíza considerou que o supermercado não adotou uma conduta firme para inibir essas práticas assediosas no ambiente de trabalho. As agressões relacionadas à condição física eram recorrentes.
- Testemunhas contaram à juíza que, durante todo esse tempo, brincadeiras relacionadas ao peso da ex-funcionária eram constantes. Uma representante da empresa, conforme destacou a magistrada, não segurou o riso durante audiência, ao confirmar que ouviu falar que a trabalhadora teve o nome escrito em um boneco, não se recordando se era um hipopótamo ou elefante.
- Na decisão a juíza condenou o uso de "termos pejorativos em relação aos trabalhadores". Por causa disso, argumentou que se faz necessária "a adoção de medidas para inibir a prática", destacou a magistrada em sua decisão.
- "Não se quer, com isso, reduzir a possibilidade de existência de brincadeiras em um ambiente coletivo; contudo, estas devem estar pautadas no mínimo de respeito ético que a sociedade espera do outro, o que não visualizo em um gracejo envolvendo a exposição de um hipopótamo de brinquedo com o nome da autora, em ambiente público aos demais trabalhadores do local", salientou.
- Agravado o estado de baixa estima da vítima diante do ambiente jocoso de trabalho, ela fez cirurgia bariátrica para perder de peso. No processo ela conta que, depois da intervenção bariátrica, tinha que se alimentar a cada três horas, mas a empresa não dava esse tempo a ela, que acabou desenvolvendo um quadro de anemia profunda.

Fonte: iG, mar/2016





- Desmerecer o trabalho de funcionárias e funcionários:
- Em 2015, as Lojas Renner foram condenadas pelo TST a pagar indenização de R\$ 6 mil a um funcionário deslocado para o "cantinho da disciplina", local onde ficavam quem não atingia as metas. Na ocasião, a Sétima Turma do TST entendeu que houve danos morais ao funcionário, que também era submetido a constrangimento com cobranças indevidas e lidava com restrições ao uso do banheiro.
- O trabalhador informou que foi contratado como operador de caixa, e que após ter seu contrato de trabalho alterado, logo começou a receber dinheiro sobre o faturamento da loja, e que a partir daí, começou a ser assediado moralmente.
- Segundo o rapaz, ele era monitorado constantemente através de câmeras de vigilância, e que ainda era seguido por toda a loja, pelos seguranças, que registravam tudo que era feito por ele, inclusive, quanto tempo demorava no banheiro. Diante dos fatos citados, o juiz condenou a empresa a pagar uma indenização por danos morais e ainda entendeu que o trabalhador era submetido a muitas situações humilhantes.
- De acordo com o juiz, outro erro cometido foi a loja ter advertido o funcionário na frente dos colegas, pelo falo de estar faltando dinheiro num caixa, no qual ele não havia participado do fechamento. O juiz ainda afirmou que a loja é reincidente nesse tipo de crime.
- Fonte: <u>iG, mar/2016</u>; https://br.blastingnews.com/curitiba/2015/12/loja-da-renner-e-condenada-por-assedio-moral-a-funcionario-00707571.html



- Aa reclamante era humilhada constantemente e frente os demais funcionários do setor por sur gestora, que dizia que ela não tinha capacidade para se desenvolver na empresa.
- A gestora também teria colocado a reclamante em isolamento, retirando suas tarefas e proibindo os colegas de se relacionarem com ela, inclusive ameaçando-os de demissão se lhe dirigissem a palavra. O que, segundo os autos, chegou a ocorrer com três colegas de trabalho que almoçaram com a reclamante.
- A ex-funcionária afirmou que a conduta da gestora contava com apoio do diretor que, após saber dos fatos, não tomou providências e afirmou que as atitudes da gestora não configuravam assédio moral, "mas que eram parte do seu temperamento caloroso, e que a reclamante poderia ser demitida por justa causa se não se adequasse ao ambiente de trabalho". A reclamante desenvolveu depressão e síndrome do pânico.
- Fonte: Processo: 1000561-53.2018.5.02.0015 / https://www.migalhas.com.br/quentes/298841/e mpresa-indenizara-ex-funcionaria-em-r--80-milpor-assedio-moral





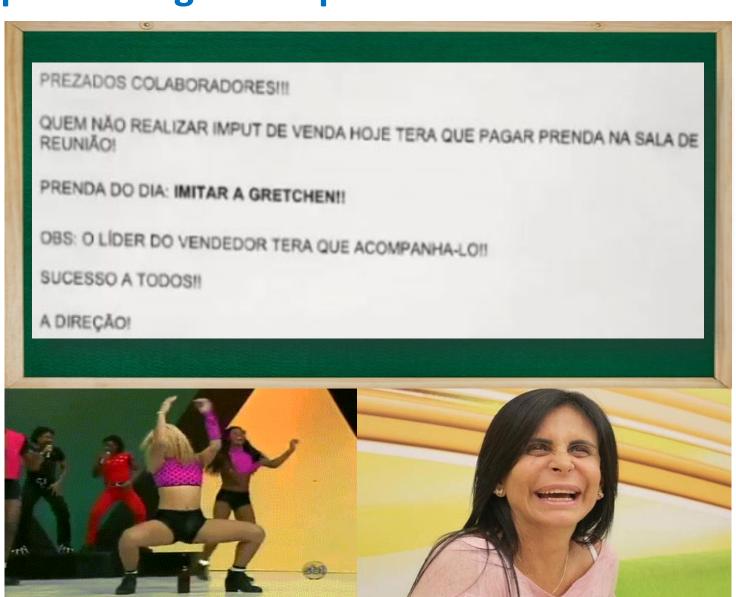


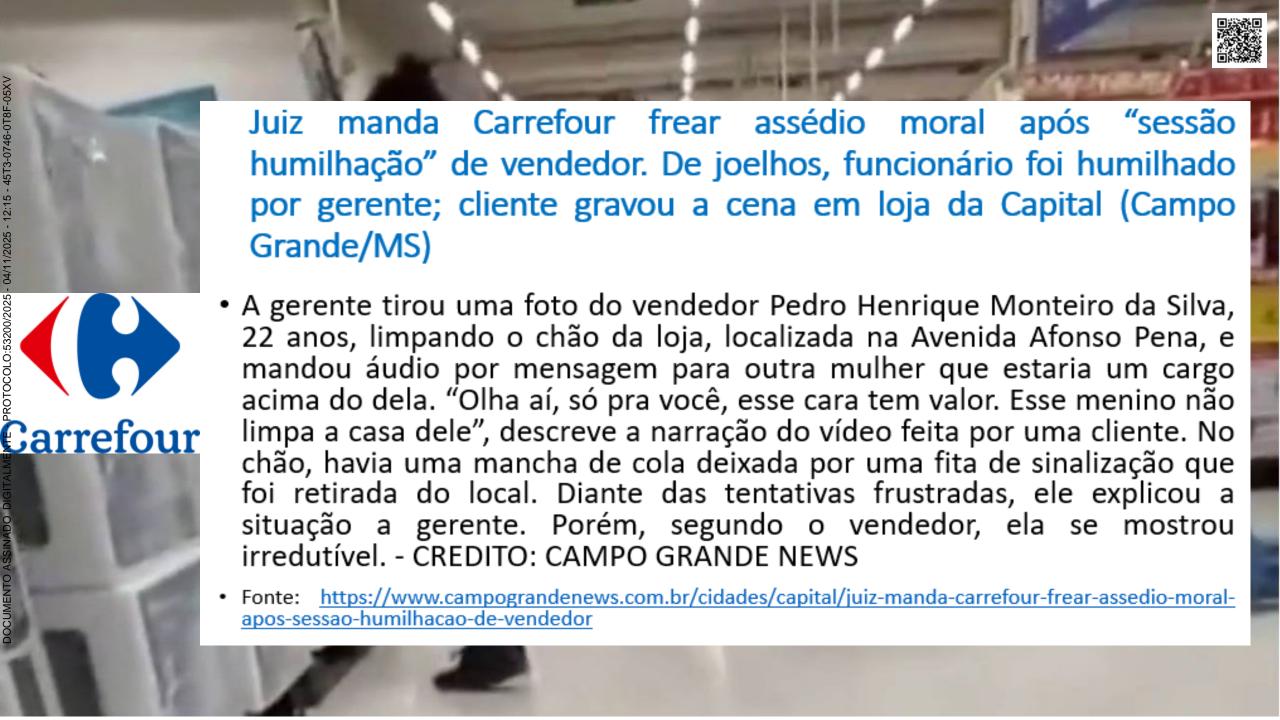


- "Empregado que sofre exposição humilhante e vexatória colocado em ociosidade, em local inadequado apelidado pejorativamente de "aquário" pelos colegas, além da alcunha de "javali" (já vali alguma coisa) [...]" (TRT 15ª R. RO 2229-2003-092-15-00-6 (53171/05) 11ª C. Rel. Juiz Edison dos Santos Pelegrini DOESP 04.11.2005 p. 129).
- "Empregado que era submetido, rotineiramente e na presença dos demais colegas de trabalho, por ato do superior hierárquico, por não ter atingido a meta de produção, a usar vestes do sexo oposto, inclusive desfilar com roupas íntimas [...]" (TRT 6ª R. - Proc. 00776- 2002-006-06-00-5 - 1ª T. - Rel. Juiz Valdir José Silva de Carvalho -DOEPE 03.04.2004).
- "Empregado submetido a dinâmica de grupo na qual se impõe 'pagamentos' de 'prendas' publicamente, tais como, 'dançar a dança da boquinha da garrafa', àqueles que não cumprem sua tarefa a tempo e modo". (TRT 17º Região RO 01294.2002.007.17.00.9, Relº Juíza Sônia Das Dores Dionísio DOES 19.11.2003).
- "Empregada que é chamada de burra idiota e incompetente pelo seu chefe, sofre assédio moral porque tem sua dignidade atingida". (TRT 2a. Região RO 01163.2004.015.02.00-0, rel. Juiz Valdir Florindo in Consultor Jurídico de 04/04/2006).

Empresa deve pagar R\$ 150 mil a vendedores após obrigá-los a dançar 'Gretchen' e 'boquinha da garrafa' por não bater meta

- Uma empresa de telefonia vai pagar cerca de R\$ 150 mil em danos morais para 22 vendedores que foram obrigados a dançar a música "Conga La Conga", da cantora Gretchen, "Boquinha da Garrafa", do grupo de axé É o Tchan, entre outras, por não baterem metas de vendas.
- "Todo dia era uma prenda diferente para quem não batesse meta. Tinha prenda de imitar macaco, dançar na boquinha da garrafa, pagar polichinelo. Da Gretchen era dançar a música 'Conga la Conga'", comentou a advogada.
- Fonte:https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/08/11/emp resa-telefonica-deve-pagar-r-150-mil-a-22-vendedoresobrigados-a-dancar-gretchen-e-boquinha-da-garrafa-por-naobater-meta.ghtml





Estagiário se joga de sacada de escritório de advocacia durante expediente Caso foi em SP, no escritório Mattos Filho; estudante "sofreu algumas lesões, está consciente e estável"...

- Inicialmente, havia a informação que o jovem teria perdido o prazo de um processo tributário e por isso levou uma bronca na frente dos demais colegas de trabalho. Porém, o escritório de advocacia negou a informação, afirmando que "não há prazo processual sob responsabilidade de estagiários. Essa informação, portanto, não é verdadeira. Não houve perda de prazo e nem advertência pública".
- Fonte: https://www.cartacapital.com.br/justica/tentativa-de-suicidio-em-escritorio-de-advocacia-inspira-relatos-de-assedio-no-instagram/

MATTOS FILHO >

Martos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados

Empresa terá que indenizar trabalhadora após assédio moral decorrente de intolerância religiosa publicado: 21/01/2025



A intolerância religiosa no ambiente de trabalho é uma ilegalidade que pode caracterizar discriminação e assédio moral, com o dever de indenizar atribuído ao empregador. Na região do Triângulo Mineiro, uma trabalhadora ganhou o direito de receber uma indenização por dano moral, no valor de R\$ 10 mil, após alegar em ação trabalhista ter sofrido discriminação no local de trabalho pela crença em uma religião com características afro-brasileiras.

Segundo a profissional, o chefe fazia constantemente piadas de mau gosto, criando um clima de humilhação, "no qual todos ficam incapacitados de se expressar". Contou que ele zombava da religião dela, dizendo frases como: "você está parecendo uma pomba-gira", "com este batom vermelho, está parecendo uma entidade".

Testemunhas ouvidas no processo confirmaram a versão da trabalhadora. Uma delas relatou que esse coordenador fazia muitas piadas ofensivas, algumas de cunho religioso, como: "chuta que é macumba"; "pomba-gira é coisa do demônio". E ainda sobre as vestimentas brancas da depoente na sexta-feira, perguntando se ela havia ido ao trabalho vestida de enfermeira ou de "macumbeira". "Ele chegou a falar que macumba é falta de Deus e que a depoente precisava encontrar Jesus".

Fonte: https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-otrt/comunicacao/noticias-juridicas/empresa-tera-que-indenizartrabalhadora-apos-assedio-moral-decorrente-de-intoleranciareligiosa

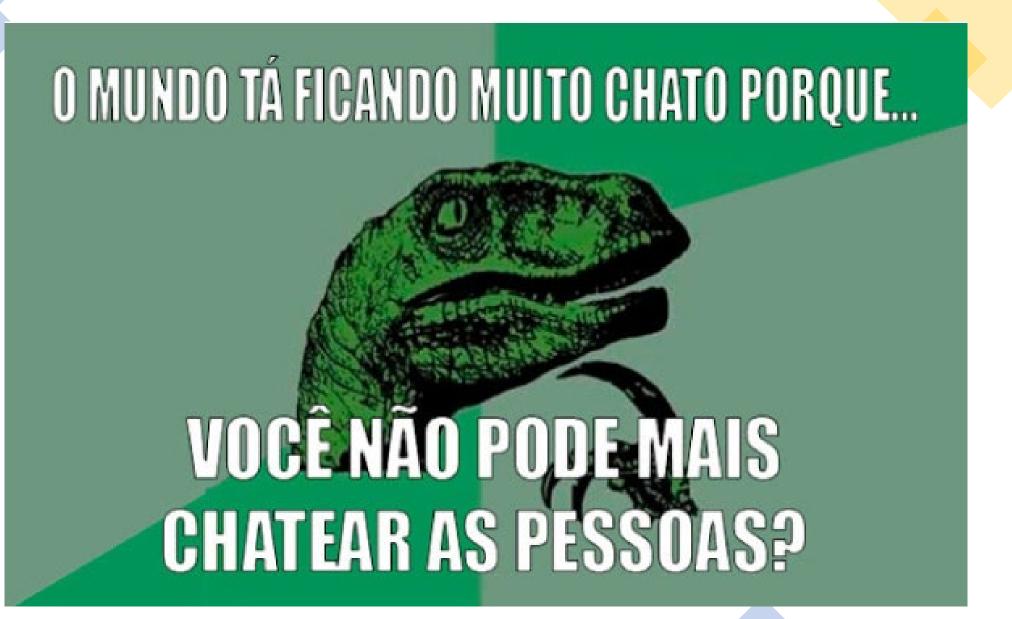


ERA SÓ UMA BRINCADEIRA

 https://www.youtube.com/watch?v=KP4wB BZRCio







Qual a motivação?

Fator emprego

Bons salários 5

Estabilidade no emprego 4

Oportunidade de promoção/crescimento7

Boas condições de trabalho

Trabalho interessante 6

Fidelidade pessoal aos trabalhadores 8

Disciplina diplomática 10

Apreço pelo trabalho realizado 1

Empatia para com os problemas pessoais 3

Sentir-se parte das coisas 2

Fonte: Ken Blanchard







ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO







ASSÉDIO SEXUAL SÃO CONDUTAS DE CUNHO SEXUAL OU QUE OBJETIVAM VANTAGEM SEXUAL, AFETANDO A LIBERDADE, A INTIMIDADE E A VONTADE DA VÍTIMA, POR MEIO DE PROPOSTAS OU IMPOSIÇÕES CAUSADORAS DE CONSTRANGIMENTO





Código Penal. Art. 216-A: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendose o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos".



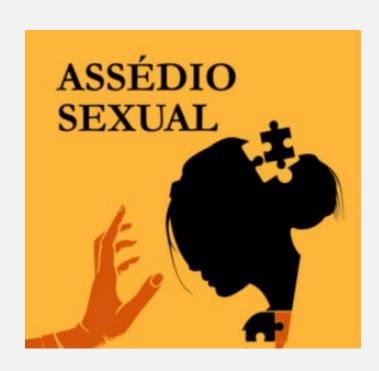














- O assediador não exibe um padrão, podendo ser o empregador, um colega de trabalho, um falso amigo ou um desconhecido, sempre no ambiente de trabalho. O assédio sexual é algo que não tem forma precisa e pode ocorrer a qualquer momento e a assediada deve buscar e encontrar meios para se proteger.
- Comportamentos de cunho sexual não consensuais que ferem qualquer tipo de regra estabelecida, seja ela social, corporativa ou pessoal e geram desconforto ou constrangimento. Podem ser realizados verbalmente, por escrito ou gestos, sem o uso de violência ou utilizando grave ameaça



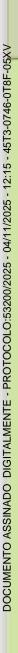
Requisitos para a configuração do assédio sexual

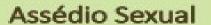
- Constrangimento provocado por agente que assim age favorecido pela ascendência exercida sobre a vítima, para fins de responsabilidade penal. Do ponto de vista trabalhista, o assédio sexual entre colegas de mesma hierarquia pode ser caracterizado e gerar responsabilidade ao empregador/Poder Público, ainda que por omissão, porque não garantiu meio ambiente de trabalho psicologicamente saudável e isento de assédio;
- De forma dolosa;
- Pelo comportamento do agente que visa à vantagem sexual;
- Sem o consentimento da vítima.



Para caracterizar o assédio sexual é necessário o contato físico?









Não é necessário **contato físico** para caracterizar o assédio sexual;

A grande maioria dos casos noticiados, as vítimas são mulheres;

O contrário também ocorre mas em menor proporção;

A prática ocorre também entre pessoas do mesmo sexo ou gênero;

Em geral, para caracterizar o assédio sexual é necessária a conduta reincidente do assediador.

Assédio Sexual



Tipos de Assédio Sexual

Assédio Sexual por Chantagem: 1.

- Ocorre quando há a exigência de uma conduta sexual, em troca de benefícios ou para evitar prejuízos na relação de trabalho;
- O objetivo do assediador é obter um favorecimento sexual;

Assédio Sexual por Intimidação/Ambiental: 11.

Ocorre quando há provocações sexuais inoportunas no ambiente de trabalho com o efeito de prejudicar a atuação de uma pessoa ou criar uma situação ofensiva de intimidação ou humilhação. Caracteriza-se pela insistência , impertinência, hostilidade praticada individualmente ou em grupo, manifestando relações de poder ou de força não necessariamente de hierarquia.

(Brasil. MPT. 2017)



ASSÉDIO SEXUAL E COMPORTAMENTO SEXUAL INADEQUADO









Visual:

Estímulos visuais Gestos obscenos Exposição de pornografia

Verbal:

- Piadas
- Comentários insinuantes
- Elogios inadequados
- Convites indevidos
- Chantagens

Físico:

- Toques inadequados
- Abraços impróprios
- Carinhos não desejados
- Passadas de mão
- Encostadas indevidas

Digital:

- Mensagens indevidas
- Fotos ou vídeos inadequados
- Memes e piadas impróprios
- Gravações inconvenientes



§CANTADA É ASSÉDIO OU COMPORTAMENTO SEXUAL INADEQUADO?

Se conduzida de maneira respeitosa e adequada

E houver interesse comum...

Não é uma agressão sexual

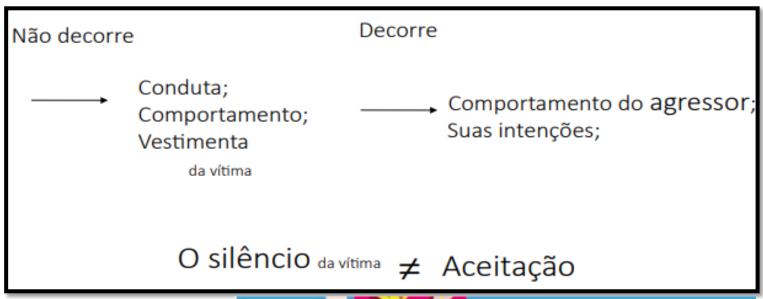


O limite é o constrangimento

Lembre-se:

Não é Não (logo na primeira vez)

A culpa não é da roupa





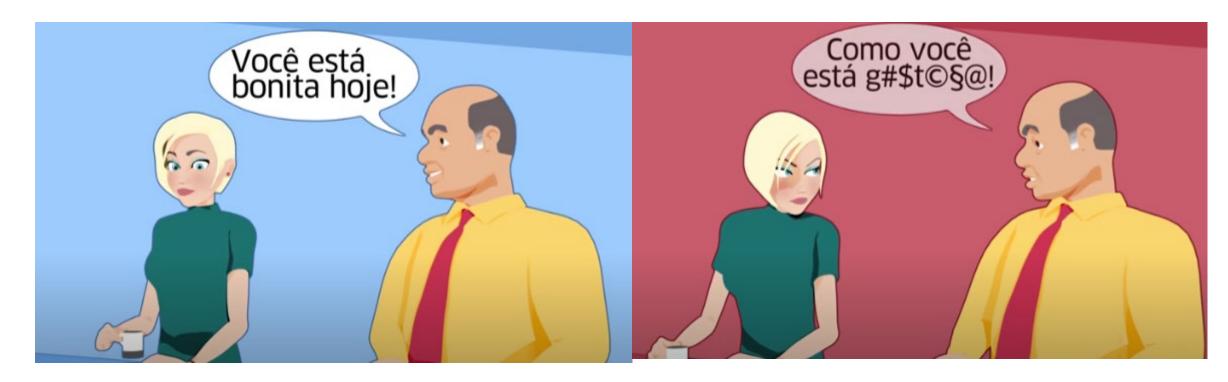






Simples elogio não é assédio

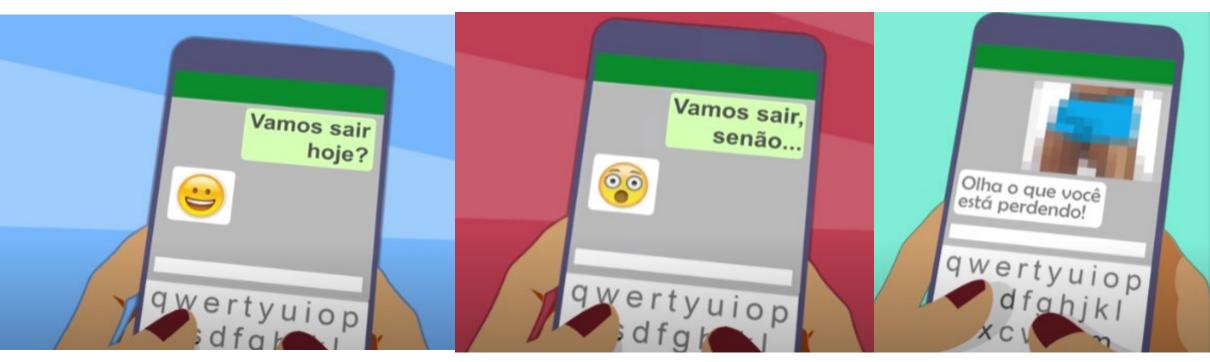
Necessário analisar a conduta, a intenção e o contexto.



Paqueras e convites

Pode haver paqueras entre colegas de trabalho, desde que não gere constrangimento ou intimidação.











Você está uma delícia hoje. Eu quero você depois do trabalho. Não adianta fugin!

Assi Sua chefe



Assédio verbal ou gestual





- #- MENSAGENS OFENSIVAS
- COMENTÁRIOS EM REDES SOCIAIS
- CONVITES INAPROPRIADOS
- PROPOSTAS SEXUAIS INDESEJADAS
- OU PRESENTES CONSTRAGEDORES

PODEM SER MEIOS DE ASSEDIAR SEXUALMENTE NO TRABALHO



O QUE FAZER SE FOR ALVO DE ASSÉDIO?



- Ao primeiro sentimento de constrangimento, converse com o assediador (se necessário, busque ajuda do RH)
- Denuncie! Dê visibilidade ao problema, reporte!
- Se persistir, anote os detalhes e guarde provas
- Solicite ajuda de testemunhas
- Evite ficar a sós com o(a) assediador(a)
- Procure apoio dos familiares
- Busque ajuda profissional (médico, psicólogo)
- A culpa não é sua!
- Se não resolver ou não essa ação não for possível, busque um intermediário que possa te ajudar.
- Busque as áreas de suporte da empresa.
- Caso as ações não parem, tente registar as agressões;
- Pode-se provar a prática do assédio moral por meio de bilhetes, cartas, mensagens eletrônicas, e-mails, documentos, áudios, vídeos, registros de ocorrências em canais internos da empresa ou órgãos públicos. Também é possível provar por meio de ligações telefônicas ou registros em redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp e outros...) e testemunhas que tenham conhecimento dos fatos.



O QUE INFORMAR NA DENÚNCIA

Informe o máximo de detalhes que puder:

- QUEM são os assediadores? ———> Chefia, colega, subordinado
- QUEM são os alvos?
 Pessoas ou grupos
- O QUE? (fatos, condutas)
 Humilhação, ameaça, isolamento etc
- QUANDO? (temporalidade) ——— Início, repetição, frequência
- ONDE? (localidade)
 Unidade, coordenação
- POR QUE? (motivações)
 Possíveis motivos ou intenções
- TENTATIVAS DE SOLUÇÃO Diálogo, RH da Unidade etc.
- IMPACTOS (consequências) ——— Danos à saúde, clima de trabalho

COMO AJUDAR O COLEGA

- Ofereça apoio
- Sugira a busca de orientação no RH
- Disponibilize-se como testemunha
- Fique atento a situações de agressão e assédio ocorrendo na empresa;
- Aja para interromper a continuidade deste comportamento. Mostre-se solicito com a vítima e converse com o agressor para que ele pare.
- Havendo necessidade, mobilize outros colegas de trabalho a fim de conter as agressões;
- Utilize os canais disponíveis pela empresa para comunicar tais ocorrências, mesmo na ausência de comprovações;
- Testemunhe a situação presenciada dando suporte a vítima e às apurações





Não vou me envolver

https://www.youtube.com/watch?v=zrrFhoTYelw



E A ORGANIZAÇÃO? COMO PROCEDER DIANTE DA DENÚNCIA?

- Dar o exemplo! Não se omitir
- Ajudar rapidamente as vítimas (apoio, orientações)
- Apurar os fatos, garantindo o respeito à dignidade de denunciante e denunciado
- Penalizar e cessar os comportamentos abusivos
- Modificar os contextos de trabalho para prevenir novos casos
- Estabeleça uma relação de confiança com os seus colaboradores.
- Quando acionado, investigue de forma correta os casos de assédio e comportamentos impróprios.
- Respalde e proteja o assediado/ denunciante e a suposta vítima.
- Use medidas disciplinares contra o agressor, não importando o seu cargo, resultados ou vínculos.
- As medidas possíveis para o assediador são atribuir advertência, mudar o setor ou função do agressor, alterar a jornada de trabalho, suspensão ou, até mesmo, dispensa por justa causa.
- Dependendo da gravidade, dar suporte para apuração criminal.

E OS AGRESSORES?

- Siga as políticas de consequência independente de quem for o (a) agressor(a)
- Quando for o caso, ofereça auxílio ao agressor buscando a melhora do comportamento emitido.
- Trabalhe com a equipe ou indivíduo vítima a fim de reestabelecer ou neutralizar os laços danificados.
- Avalie os fatores de contexto que podem ter contribuído com a agressão e resolva a questão.
- Quando ocorrer uma mudança comportamental legítima do agressor, deixe o passado realmente para trás.





AS 2 FACES DA DENÚNCIA



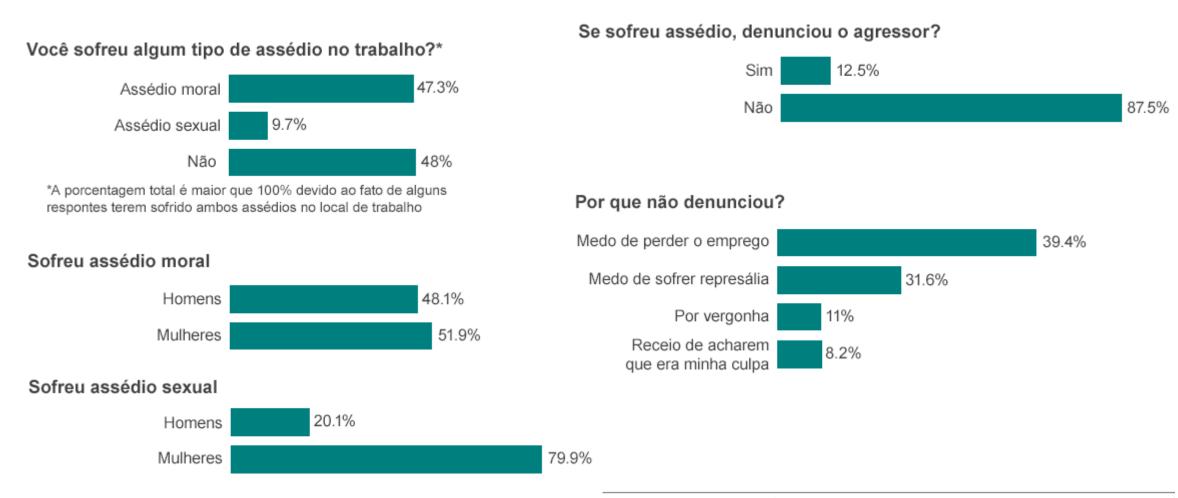
A denúncia é uma importante ferramenta para a Administração Pública iniciar a apuração de assédio.

Denúncias registradas de forma maldosa para prejudicar alguém, que levem à investigação de fatos não ocorridos - CRIME previsto no Código Penal (Art. 339: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa).





O Vagas.com enviou o questionário para 70 mil profissionais de sua base de dados, escolhidos entre os que tinham atualizado seu currículo nos seis meses anteriores e tinham ao menos um emprego em seu histórico.



Fonte: Pesquisa sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho Junho de 2015 / Vagas.com



QUADRO 2 QUEM PRATICA O ASSÉDIO

O chefe assedia o subordinado	58%
Chefe e colegas assediam o funcionário	29%
Assédio entre colegas	12%
O subordinado assedia o chefe	1%

FONTE: PESQUISA MARIE-FRANCE HIRIGOYEN

NOTÍCIAS

Em 2021, Justiça do Trabalho registrou mais de 52 mil casos de assédio moral no Brasil

Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) apontam que, somente em 2021, foram ajuizados, na Justiça do Trabalho, mais de 52 mil casos relacionados a assédio moral e mais de 3 mil relativos a assédio sexual em todo o país, provando que tais violências são numerosas no mundo do trabalho.

• Fonte: https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO













Eterno, é tudo aquilo que dura uma fração de segundos, mas com tamanha intensidade, que se petrifica, e nenhuma força jamais o resgata.

Carlos Drummond de Andrade



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Bebedouro. Para verificar as assinaturas, clique no link: http://177.21.38.106/Siave/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 45T3-0746-0T8F-05XV

